



Órgão Oficial da Associação dos Magistrados  
da Justiça do Trabalho da 2ª Região

Av. Marquês de São Vicente nº 235, bloco B,  
10º andar, São Paulo, SP, CEP 01139.001

Fevereiro • 2012  
Ano XIII • nº 82



magistratura  
e trabalho

# Eleições 2012

Pleito decidirá a composição da Diretoria da Associação para o biênio 2012-2014



Entrevista

## Juíza Patrícia Almeida Ramos

A candidata a Presidente da AMATRA-SP discorre sobre  
suas propostas para a próxima gestão 06



Entrevista

## Juiz Fernando França

O candidato a Presidente da AMATRA-SP fala de suas  
ideias para o próximo mandato 08

# Índice

**04** Propostas  
Chapa Participação Democrática

**05** Propostas  
Chapa União e Força

---

**06** Entrevista  
Chapa Participação Democrática

**08** Entrevista  
Chapa União e Força

---

**10** Currículos  
Chapa Participação Democrática

**11** Currículos  
Chapa União e Força





AMATRA-SP

Associação dos Magistrados da  
Justiça do Trabalho da 2ª Região  
Av. Marquês de São Vicente nº  
235, bloco B, 10º andar, São  
Paulo, SP, CEP 01139.001  
Tels. (11) 3392.4996 / 3392.4997  
Fax: (11) 3392.4727

[www.amatra2.org.br](http://www.amatra2.org.br)  
jornalista@amatra2.org.br

## DIRETORIA EXECUTIVA

Presidente

**Sonia Maria Lacerda**

Vice-Presidente

**Thiago Melosi Sória**

Diretor Secretário

**Antonio Pimenta Gonçalves**

Diretora Financeira

**Vanda Ferreira da Cruz**

Diretora Social

**Sandra Brasil**

Diretora de Benefícios

**Liane Casarin**

Diretor Cultural

**Gabriel Lopes Coutinho Filho**COMISSÃO DISCIPLINAR E  
DE PRERROGATIVAS

Titulares

**Edilson Soares de Lima****Eduardo de Azevedo Silva**

Suplentes

**Rogério Moreno de Oliveira****Sílvia T. de Almeida Prado****Fernando Marques Celli**

## CONSELHO FISCAL

Titulares

**Thais Verrastro de Almeida****Vera Marta Públio Dias****Anísio de Souza Gomes**

Suplentes

**Libia da Graça Pires****Rubens Tavares Aidar****Neyde Galardi de Mello**MAGISTRATURA & TRABALHO  
Órgão Oficial da Associação  
dos Magistrados da Justiça do  
Trabalho da 2ª RegiãoEdição, revisão, projeto gráfico,  
fotos e diagramação**AyresPP Comunicação e  
Marketing Estratégico**

Tel. (19) 3232.6823

Redação

**Camila Passos**

Jornalista responsável

**Adriana Brunelli (MTB 33.183)**

Coordenação Geral

**Luciano Ayres**

# Editorial

## A prerrogativa de escolher o futuro

É chegado o momento de mais um processo eleitoral da AMATRA-SP. Bem mais que exercer o direito de votar, você tem diante de si a oportunidade de escolher o futuro da Magistratura do Trabalho, graças à possibilidade do saudável debate de ideias. Há, felizmente, diferentes perspectivas sobre os problemas e, principalmente, sobre as formas de resolvê-los.

Essa edição especial do *Magistratura & Trabalho* é mais uma oportunidade de conhecer as propostas de cada um dos colegas que se dispõem a assumir um pacto com a Magistratura pelos próximos dois anos.

Agora é a hora de analisar detidamente cada uma das propostas apresentadas, estudar a viabilidade de cada uma delas e, com o seu voto, afiançar e legitimar a nossa AMATRA-SP como principal veículo de luta pelos ideais da Magistratura do Trabalho.

Para assegurar a máxima lisura, foi destinado igual espaço a ambas as chapas. A ordem de apresentação na capa foi definida por sorteio, acompanhado por representantes tanto da **Participação Democrática** quanto da **União e Força**.

Fizemos as mesmas indagações aos dois candidatos ao cargo de Presidente da AMATRA-SP, a Juíza Patrícia Almeida Ramos e o Juiz Fernando Cesar Teixeira França.

E, para finalizar, apresentamos os candidatos a todos os cargos de cada uma das chapas.

“Agora é a hora de analisar detidamente cada uma das propostas apresentadas, estudar a viabilidade de cada uma delas”

# Propostas

## Chapa Participação Democrática

A bandeira de nossa chapa é caracterizada por 05 (cinco) eixos que, em conjunto, são essenciais à constituição de uma Associação combativa, representativa e independente.

### • Recomposição salarial e fixação da política remuneratória

- Lutar pela fixação de política remuneratória automática, com revisão anual permanente, através do estabelecimento de data fixa para o reajuste dos subsídios, proventos e pensões;

- Pugnar pelo restabelecimento do Adicional por Tempo de Serviço - ATS, com previsão expressa e isonômica de sua aplicação aos Magistrados Aposentados e pensionistas;

- Utilizar os meios adequados para a reativação do pagamento de diárias, com a recomposição e a fixação de seus valores através de critérios objetivos e justos.

### • Condições de trabalho e qualidade de vida

- Lutar pela instituição de dois Juízes por vara e pelo preenchimento dos cargos de servidores, conforme Resolução nº. 63 do CSJT;

- Vindicar por critérios isonômicos, objetivos e transparentes na distribuição e manutenção dos recursos humanos e materiais nas varas e gabinetes;

- Pugnar pela alteração do critério de designação do Juiz Substituto;

- Diligenciar em prol da nomeação do assistente do Juiz Substituto;

- Manter e aprimorar os Encontros de Qualidade de Vida.

### • Fortalecimento da representação da Magistratura

- PROGRAMA “AMATRA VAI ATÉ VOCÊ”;

- Resgate dos ex-associados e conquista de não associados. Reuniões trimestrais nas circunscrições;

- PROGRAMA “NOSSO DINHEIRO EM UM CLIQUE”: Acesso *on-line* aos balan-

**“Aumentar e aperfeiçoar a comunicação entre os Associados e a Associação, bem como entre a Associação e a sociedade”**

cetes da AMATRA;

- PROGRAMA “PRAZER EM TE CONHECER”: Apresentação formal dos Juízes em vias de promoção junto aos Desembargadores.

### • Defesa das prerrogativas

- Inserir a Comissão de Prerrogativas na Diretoria Executiva.

- Promover a defesa sólida dos associados que estejam respondendo a representações e procedimentos administrativos;

- Disponibilizar a mediação voluntária de conflitos entre colegas;

- Atuar preventivamente, antecipando-se à deflagração de situações de conflito entre Magistrados e entre estes e a administração;

- Contratação de Advogados especialistas em Direito Administrativo-Constitucional para instrumentalizar a defesa das prerrogativas.

### • Valorização da Magistratura e inserção social

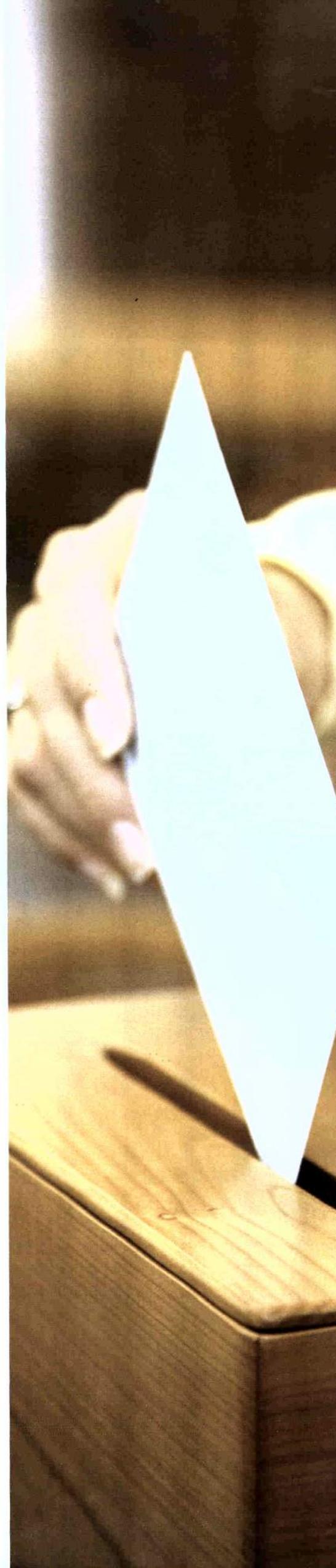
- Aumentar e aperfeiçoar a comunicação entre os associados e a Associação, bem como entre a Associação e a sociedade;

- Reativar a *Revista Jurídica da AMATRA-SP*, inclusive *on-line*.

- Promover debates prévios, para encontros regionais e nacionais, inclusive incentivando a elaboração de teses inéditas;

- Criar a Diretoria de Direitos Humanos, visando preponderantemente à continuidade do programa “Trabalho, Justiça e Cidadania”;

- Formar a “Comissão de Acervo de Memória” da Justiça do Trabalho.



# Propostas

## Chapa União e Força

Algumas de nossas propostas:

### • Democracia no Poder Judiciário

Só a participação dos Juízes, por meio do voto, na Administração poderá dar uma solução histórica aos grandes problemas que afligem a 1ª instância. Proposta de nossa autoria foi aprovada por unanimidade no XX Congresso da AMB. Vale a pena lutar por ela!

### • Assento e voz para a AMATRA-SP nos órgãos administrativos do TRT

Influência real nas decisões administrativas é essencial para alcançarmos melhorias em nosso cotidiano, aperfeiçoando a prestação jurisdicional

### • Criação da Escola da AMATRA-SP

A Escola da AMATRA-SP permitirá ótima utilização de nossa Sede Social, oferecendo cursos de excelência e representando importante fonte de recursos em favor do coletivo.

### • Adicional por Tempo de Serviço (ATS)

Fomos os primeiros a lutar pelo ATS enfrentando oposição dentro da própria Magistratura, que agora o defende. Vamos continuar a luta para a aprovação da PEC do ATS.

### • Projeto de Lei para recomposição anual automática dos subsídios e passivos

Recomposição anual automática dos nossos subsídios, JÁ! Quitação dos nossos passivos, incluindo aposentados, JÁ!

### • Aprimoramento dos critérios nas designações de

### Juízes Substitutos

Na gestão da **União e Força** iniciamos as discussões e provocamos a edição de uma norma com critérios objetivos de designações de Juízes Substitutos. Vamos aprimorar: diminuir a longa presença dos Juízes menos antigos na reserva emergencial, favorecer maior revezamento e designações mais longas para Juízes que estão na reserva.

O atual sistema de auxiliares fixos para grupos de varas é uma conquista das gestões da **União e Força**. Vamos lutar para que se implante o sistema de um Juiz auxiliar fixo para cada Vara, designados por critérios claros e objetivos.

### • Preenchimento dos 141 + 2 cargos de Juízes Substitutos

Foi a **União e Força** que criou o PL dos 141, em 2004. Lutaremos para o preenchimento rápido dos cargos vagos: pela rapidez nos concursos!

### • Diárias e auxílio-combustível

Oficiamos ao TST, impetramos MS; peticionamos ao CNJ; ingressamos na Justiça contra a supressão parcial das diárias. Requeremos o pagamento de um auxílio-combustível para Juízes Substitutos em localidades distantes. Vamos continuar lutando!

**“Só a participação dos Juízes, por meio do voto, na Administração poderá dar uma solução histórica aos grandes problemas que afligem a 1ª instância”**

### • Juiz vitaliciando deve ter apoio

Vamos lutar para que os Juízes Substitutos vitaliciandos sejam dispensados das designações ou recebam auxílio nos dias em que forem convocados pela EJUD2.

### • Programa de auxílio e suporte aos Juizes que vêm de fora de SP

Facilitar a transferência de Juízes aprovados em concurso, removidos e permutados. Vamos criar um serviço de auxílio para escolher moradia, escola para filhos etc..

### • Café Cultural na Sede Social

Além das atividades normais, vamos ter também um Café Cultural na Sede Social: troca de ideias, debate de temas gerais, sempre com a participação de grandes expoentes.

### • Convênios internacionais

Fomos os primeiros a realizar um convênio internacional: 12 Juízes estudaram em Lisboa, por dois anos com custo zero de curso e passagem aérea. Vamos ampliar essa iniciativa.

### • Qualidade de Vida

Os Encontros QV, criados e promovidos pela **União e Força**, se consolidaram! Muito da qualidade com que se vive depende de ações individuais que apenas o interessado pode decidir adotar. Os Encontros QV serão ainda melhores - mais um Programa Permanente com palestras e cursos de controle do estresse ministrado por profissionais.

### • Benefícios

A **União e Força**, desde 2004, vem celebrando novos convênios e vantagens para seus associados. Vamos ampliar ainda mais esse trabalho.

## Chapa Participação Democrática

## Candidata a presidente:

## Juíza Patrícia Almeida Ramos

**Na sua trajetória profissional, quais elementos considera importantes para administrar e estar à frente da AMATRA-SP?** Estou no TRT da 2ª Região desde os 19 anos. Sou Juíza Substituta desde 1999, ora em vias de promoção. Nessa qualidade, passei por todos os sistemas de designação dos Juizes Substitutos. Sou uma das poucas que, optando pela “substituição simples”, concorda com as designações fora da sede. Assim, vivencio as agruras da convocação em cima da hora para atuação em outra circunscrição, sem diárias, arcando com despesas de deslocamento.

Por outro lado, em breve tornar-me-ei Juíza Titular. Venho, pois, estudando as melhores formas de gestão de vara. Assim, também conheço os problemas pelos quais passam os Juizes Titulares e que, muito em breve, terei de enfrentar.

A experiência no funcionalismo público aliada aos 13 anos de Magistratura possibilita-me uma visão global da estrutura da 2ª Região.

Na minha trajetória pessoal e profissional, aprendi que alcançar nossos objetivos demanda esforço, dedicação, perseverança, disposição para

**“Compactuamos com o posicionamento do STF e CNJ, no que tange à implementação de uma política pública de conciliação, com o incentivo à mudança de cultura nesse sentido, em prol da paz social.”**

o aprendizado e, sobretudo, humildade.

A minha proposta é a disponibilidade integral à vida associativa nos próximos dois anos.

A minha garra e vontade de trabalho, aliadas à experiência e devoção do candidato à Vice-Presidência, Mauricio Assali, bem como de toda a chapa, são a receita exitosa para a mudança de rumo da AMATRA-SP.

**Quais são suas prioridades à frente da associação?** Recomposição salarial e fixação da política remuneratória; Condições de Trabalho e Qualidade de Vida; Fortalecimento da Representação da Categoria; Defesa das prerrogativas e Valorização da Magistratura e Inserção Social.

**Quais iniciativas da atual gestão devem ser mantidas?** A participação ativa da AMATRA-SP em Brasília junto ao STF, CNJ, CSJT e órgãos do Poder Legislativo, para a defesa dos interesses da Magistratura, deve permanecer sem ofuscar a resolução dos problemas locais.

Quanto à Sede Social, patrimônio da AMATRA-SP, deve ser utilizada da melhor forma possível.

**Quais devem ser revistas?** A utilização da comunicação ampla e irrestrita é essencial para tanto. A divulgação de fatos e dados de interesse dos associados será uma iniciativa da AMATRA-SP. Numa palavra: administração transparente.

O primeiro passo para o fortalecimento da representação da categoria é trazer o associado para o seio da atividade associativa.

A integração dos colegas será

estimulada por meio de reuniões culturais, cursos jurídicos, eventos esportivos e comemorações sociais.

A defesa das prerrogativas do Magistrado é um dos pilares da Associação. Em nossa gestão, um membro da comissão de prerrogativas estará disponível para o pronto atendimento - combativo, independente e eficaz.

**De que forma a AMATRA aprofundará sua representatividade entre os associados?** Conforme já mencionado, o fortalecimento da representação da categoria é uma de nossas prioridades. Lutaremos também pela participação efetiva da AMATRA-SP na gestão orçamentária e administrativa do TRT e pelo assento e voz nas sessões administrativas do Pleno, o que já ocorre em outras Regiões. Recuperaremos uma política de administração totalmente transparente.

**Como deve ser a atuação da AMATRA-SP perante a constante necessidade de avanços na estrutura e atividade do Judiciário?** A implementação de dois Juizes por Vara e, até o seu advento, a fixação de critérios objetivos de designação dos Juizes Substitutos são nossos objetivos.

Não obstante, reivindicaremos a realização de novos concursos para os cargos de Servidores e Juizes, em prol da agilização da máquina judiciária. Empenharemos esforços para a implantação de critérios isonômicos na distribuição e manutenção dos recursos humanos e materiais.

Buscaremos, também, a revisão do critério para a escolha de Magistrados para plantões judiciais.

**Hoje, destaca-se a necessidade da cultura da negociação para mitigar o número de processos e resolver mais rapidamente os conflitos. De que forma a AMATRA-SP deve se inserir nessa discussão?** Para uma conciliação séria e efetiva são importantes dois cuidados: dar ao Juiz condições de trabalho que lhe permitam aplicação de tempo e energia nessa fase do processo e prestigiar a verdadeira conciliação, não a mera renúncia a direitos inquestionáveis.

Compactuamos com o posicionamento do STF e CNJ, no que tange à implementação de uma política pública de conciliação, com o incentivo à mudança de cultura nesse sentido, em prol da paz social. Realizaremos estudos de técnicas e alternativas para o aprimoramento da mediação e a consequente composição. Aliás, entendemos que a cultura de conciliação deve ser fomentada no âmbito interno do próprio Tribunal.

Hoje temos um contingente de conflitos entre colegas que poderiam ser solucionados por meio de mediação voluntária realizada pela AMATRA-SP, sem a necessidade de intervenção da administração do TRT.

O clima organizacional interno de pacificação incentivará a conciliação entre os jurisdicionados.

**Atualmente ganha força a flexibilização das relações trabalhistas, muitas vezes realizada à revelia da lei. Qual deve ser a posição da AMATRA-SP sobre essa questão?** O Direito do Trabalho, como instrumento de equilíbrio das relações de emprego, tem como vetores o prin-

cípio da dignidade da pessoa humana, a efetividade dos Direitos Humanos e a valorização social do trabalho fundamentais à integração social, ao avanço civilizatório e ao fortalecimento da Democracia.

Qualquer alteração legislativa não pode implicar afrouxamento da proteção ao trabalhador, desregulamentação das normas sociais ou vulneração de seus princípios fundadores.

Observa-se que as formas de flexibilização em voga - tais como terceirizações e prevalência da autonomia da vontade - geralmente implicam a precarização do Direito do Trabalho. A propósito, o Projeto de Lei 4.330 de 2004 é exemplo de tal fragilização, porquanto não diferencia a atividade-fim da atividade-meio, para fins de terceirização.

Não há como uma Associação de Magistrados do Trabalho permitir que o diálogo a respeito da flexibilização seja construído sem a sua participação efetiva. Diante desse quadro, não nos calaremos. Outra questão envolvendo as terceirizações estará em discussão na AMATRA-SP: as decisões proferidas em reclamações feitas no STF sobre a responsabilização subsidiária dos entes públicos, o que viola a independência do Magistrado.

**Qual é sua posição sobre a instituição de um Código de Ética para a Magistratura?** O Código de Ética da Magistratura Nacional, nos moldes em que foi erigido pelo CNJ em 2008, embora sirva como orientação ética ao Juiz e fortalecimento de sua autoridade moral perante a sociedade, estabelece apenas princípios e parâmetros da conduta ética do Magistrado no exercício da função pública. Assim, não pode ser utilizado como instrumento de controle e represália, pois não tem coercibilidade própria de uma norma jurídica. Diferentemente seria se o tema viesse a integrar o Esta-

tuto da Magistratura, projeto do STF, com vistas à reformulação da LOMAN, pois a questão ética não representaria apenas parâmetro a nortear a conduta do Magistrado, estando necessariamente vinculada à idéia de sanção típica da norma jurídica.

Qualquer punição aos membros do Poder Judiciário só pode ser aplicada com previsão em Lei Complementar de iniciativa do STF (art. 93 da CRFB).

O debate qualificado a respeito do projeto em tela tem maior importância que a discussão sobre o Código de Ética existente e cuja constitucionalidade vem sendo debatida no STF em cautela de ADIN.

A AMATRA-SP deve participar ativamente das discussões sobre o projeto do Estatuto da Magistratura Nacional. Até aqui não foi promovido nenhum debate, no âmbito da 2ª Região, a esse respeito. A propósito, o amadurecimento do tema no âmbito das associações, antes do Projeto de Lei ser enviado ao Congresso Nacional, é fundamental, com a participação efetiva de todos os envolvidos.

**A seu ver, como deveria se dar a articulação da AMATRA-SP com as demais entidades da Magistratura, com as outras AMATRAS e com a ANAMATRA? Essa relação hoje é satisfatória?** As ações da ANAMATRA são pautadas por deliberações extraídas de reuniões do Conselho de Representantes, em que participam todas as AMATRAS, com voz e voto. Nele são debatidas questões de relevância para a Magistratura.

O aprimoramento das relações com a ANAMATRA e o fortalecimento do referido canal de diálogo deve ser bem utilizado pela AMATRA-SP como hábil instrumento para a construção de uma agenda política positiva.

**Faça uma análise da atual eleição e do processo democrático na 2ª Região.** O Estatuto da AMATRA-SP prevê

# Acreditar



## Para Mudar

PARTICIPAÇÃO DEMOCRÁTICA

um sistema arcaico para eleições: votos por carta e cédulas em papel com contagem manual. Existe uma carência de estrutura pré-definida no que tange aos trâmites administrativos que antecedem o pleito.

Podemos aperfeiçoar o processo, democratizando-o e atualizando-o para as novas tecnologias disponíveis.

Não obstante, digna de nota está sendo a atuação da comissão eleitoral, cujos atos estão primando pela lisura e transparência.

No que concerne ao processo democrático na 2ª Região, lutaremos pelo assento e voz da AMATRA-SP nas sessões administrativas do Tribunal Pleno para permitir a participação democrática do associado, mesmo que indireta, na administração do TRT.

**Como deve ser a relação da AMATRA-SP com o TRT-SP? E com o Poder Legislativo?** Atualmente, além de mim, que integro o Grupo Qualidade de Vida e o núcleo do grupo responsável pela implementação do projeto "Trabalho, Justiça e Cidadania", vários de nossos membros participam de projetos de iniciativa do TRT.

Partindo dessa experiência pessoal, nossa perspectiva de relação com o TRT é de integração e parceria, com vistas à implementação de melhorias institucionais.

Entretanto, entendemos que a relação de cooperação não pode coibir a conduta in-

**"A AMATRA-SP deve participar ativamente das discussões sobre o projeto do Estatuto da Magistratura Nacional. Até aqui não foi promovido nenhum debate, no âmbito da 2ª Região, a esse respeito"**

dependente, por parte da AMATRA-SP, nas oportunidades em que a ação ou omissão do agente público vier em confronto com anseios da Magistratura.

Quanto ao Poder Legislativo, criaremos uma Diretoria de Assuntos Legislativos e Relações Institucionais e um grupo de estudos a ela jungido, visando à análise dos Projetos de Lei de interesse da Magistratura e da 2ª Região.

**A AMATRA-SP deve ser uma voz dos Magistrados na imprensa? Como deve ser esta relação?** Atualmente, o Poder Judiciário atravessa uma crise agravada pelo sensacionalismo da imprensa.

Contrataremos uma Assessoria de Imprensa, com domínio em assuntos afetos ao Poder Judiciário, sendo esse o melhor meio (material e técnico) para a defesa da Magistratura na mídia, com a divulgação de informações de interesse daquela.

## Chapa União e Força

Candidato a presidente:  
**Juiz Fernando França**

**Na sua trajetória profissional, quais elementos considera importantes para administrar e estar à frente da AMATRA-SP?** Comecei minha vida profissional como Professor. Ingressei na Faculdade de História aos 17 anos e dei aula a alunos particulares e nas salas de aula do 1º e do 2º graus. Lecionei também Língua Portuguesa e Matemática. Cursei ainda Jornalismo, Filosofia e Direito. Na FFLCH da USP, obtive os títulos de Mestre e Doutor em Filosofia. Continuava lecionando na Rede Pública e Privada. Ao me formar em Direito no Largo São Francisco, prestei concurso e ingressei como Analista no TRT-SP. Quando finalmente cheguei à Magistratura, fiquei chocado com a dura rotina e com a carga de trabalho. Percebi a realidade estressante a que se submetiam os Magistrados, principalmente os da 1ª instância. Por isso, ingressei na vida associativa e, em 2004, fui eleito Membro da Comissão Disciplinar e de Prerrogativas da AMATRA-SP. Participei com afinco da aprovação do Projeto que criou os 141 cargos de Juizes Substitutos. Compus também a Diretoria da AMB e representei o Brasil na União Internacional dos Magistrados. Essas experiências riquíssimas deixaram marcas profundas na minha percepção do Poder Judiciário, pelo contato que mantive com outras associações, membros dos Tribunais e demais Poderes.

Em suma, os elementos de minha trajetória que considero importantes para estar à frente da AMATRA-SP são: profunda paixão pelo Direito do Trabalho; a constante preocupação com a qualidade de vida e com

as condições de trabalho; minha habilidade para conversar, trocar ideias e canalizar esforços a fim de encontrar soluções aos desafios; a disposição e a experiência adquiridas ao longo de oito anos dedicados à vida associativa; os bons relacionamentos que mantive com os tribunais superiores, CNJ, CSJT e Congresso Nacional, bem como com outros órgãos e associações.

**Quais são suas prioridades à frente da associação?** São muitos os desafios para a próxima gestão. Resumindo, apontaria as prioridades: efetiva lotação de dois Juizes por Vara; revisão dos critérios de designações de Juizes Substitutos, de modo a evitar que os mesmos Juizes permaneçam na reserva emergencial por longo tempo; luta pelo retorno do ATS e por um sistema permanente de revisão dos subsídios; ampliação do direito ao recebimento de diárias pelos colegas substitutos. Além dessas questões institucionais merecem destaque: a implantação da Escola da AMATRA-SP; a modernização dos serviços de Secretaria e atendimento ao associado; a ampliação dos convênios e o completo aproveitamento do espaço da nova sede. Também não podemos descuidar da integração dos colegas aposentados nas atividades associativas; e da preocupação com a saúde e qualidade de vida dos Magistrados.

**Quais iniciativas da atual gestão devem ser mantidas? Quais devem ser revistas?** As Gestões **União e Força** inovaram em muitas iniciativas que devem ser mantidas, das quais destaco: realização de

Encontros Anuais fora de São Paulo; Encontros de Qualidade de Vida; Encontros de Aposentados; o contínuo chamamento dos aposentados para as atividades associativas; atuação firme e eficiente da Comissão de Prerrogativas de forma a preservar o colega; a preocupação com a realidade dos Juizes Substitutos e o compromisso constante com a melhoria das nossas condições de trabalho; transparência e coletivização das principais decisões através de consultas, reuniões e Assembleias. Considero que precisam ser revistos alguns convênios ora mantidos e ainda qualificar e modernizar os serviços de Secretaria.

**De que forma a AMATRA aprofundará sua representatividade entre os associados?** Na administração da AMATRA-SP, as gestões **União e Força** realizaram mais encontros, Assembleias, reuniões e consultas aos associados que em qualquer outro momento anterior, além das publicações periódicas. Todos esses canais de comunicação e consulta ao associado devem ser aprofundados. Necessário ainda que a Diretoria Executiva cultive um contato direto e pessoal com todos os colegas, visitando-os em seu local de trabalho, sobretudo aqueles que atuam

**“ Devemos continuar a luta contra os efeitos nefastos do aumento da carga de trabalho, de modo que a estrutura material e humana seja adequada”**

em Comarcas fora da Sede. Também envidaremos esforços para que os colegas não filiados se sintam prestigiados e possam finalmente ingressar no espaço coletivo da Associação. A representatividade não se alcança definitivamente e de forma acabada; ela é um processo contínuo e constante de diálogo.

**Como deve ser a atuação da AMATRA-SP perante a constante necessidade de avanços na estrutura e atividade do Judiciário?** Devemos continuar a luta contra os efeitos nefastos do aumento da carga de trabalho, de modo que a estrutura material e humana seja adequada. A **União e Força** obteve aqui os seus maiores e mais reconhecidos méritos ao conseguir mais de 1.000 cargos de servidores (em 2004) e os 141 cargos de Juiz Substituto - projeto por nós apresentado, 30 cargos de Desembargadores e 68 novas Varas. Além disso, apoiamos e ajudamos na aprovação dos mais de 2.000 novos cargos de Servidores. A **União e Força** foi quem iniciou os debates para a fixação da pauta referencial, critérios objetivos na designação de Juizes Substitutos e na promoção dos Magistrados. Também fizemos estudos médicos e demos início ao Programa de Qualidade de Vida. Nesse ponto, cobraremos do TRT-SP a implementação da fixação de dois Juizes por Vara e da racionalização na distribuição de Servidores entre as unidades. Contudo, também é preciso cuidar das questões que originam a grande carga de trabalho a que somos submetidos como a reforma do CPC e da Consolidação das Leis do Trabalho e o estímulo à conciliação.

Hoje, destaca-se a necessidade da cultura da negociação para mitigar o número de processos e resolver mais rapidamente os conflitos. De que forma a AMATRA-SP deve se inserir nessa discussão? A cultura da negociação se insere nas preocupações de uma importantíssima mudança de paradigma que alguns estudiosos denominam cultura da paz social. Devemos sempre buscar o aprimoramento da prestação jurisdicional em respostas às demandas sociais. Contudo, o Judiciário precisa adotar uma postura proativa para estimular os mecanismos sociais de prevenção à judicialização dos litígios. O que à primeira vista pode parecer um paradoxo, em realidade é a manifestação de um esforço em prol da resolução de conflitos de forma mais eficiente e rápida. Nosso último Encontro Anual, em novembro de 2011, debruçou-se sobre esse importante tema. O compromisso agora é o de difundir-lo, com o aporte da Escola da AMATRA, sensibilizando e qualificando os Magistrados para as demandas desse novo paradigma.

Atualmente ganha força a flexibilização das relações trabalhistas, muitas vezes realizada à revelia da lei. Qual deve ser a posição da AMATRA-SP sobre esta questão?

Com a Crise do Petróleo a partir dos anos 70, o fim da URSS, o declínio do *Welfare State* e a Revolução Tecnológica nos anos 80, ingressamos em uma nova realidade mundial. O Direito Individual do Trabalho erigido sobre o princípio da Proteção ao hipossuficiente e da irrenunciabilidade, assim como o Direito Coletivo estruturado a partir da autonomia dos sindicatos, sofre os impactos dessas mudanças. A Nova Era Digital e a Nanotecnologia estão alterando profundamente as relações sociais e o mundo do trabalho. O debate em torno da “Flexibilização das Relações Trabalhistas” ocorre nesse contexto. A AMATRA-SP, por meio da Escola que pretendemos criar, deverá promover

encontros, cursos e palestras a fim de qualificar nossa compreensão sobre as mudanças em curso.

Qual é sua posição sobre a instituição de um Código de Ética para a Magistratura? Os Códigos de Ética em vigor possuem basicamente dois tipos de normas: as de caráter deontológico e as de caráter disciplinar. As primeiras definem modelos de perfeição e, como tais, inalcançáveis por todos e seu descumprimento não acarreta sanção. Já as segundas indicam o mínimo ético do comportamento exigido, sendo que seu descumprimento gera a possibilidade de sanções.

Em nosso País, vigora para a Magistratura o Código de Ética instituído por meio de Resolução Administrativa do Conselho Nacional de Justiça, fortemente inspirado no Código Ibero-Americano. A inserção, pela via administrativa, de sanções disciplinares (ver o artigo 23 do Código) traz riscos à independência e às prerrogativas dos Juizes. Daí a necessidade da vigilância constante, por parte das Associações, na aplicação de tais normas.

A seu ver, como deveria se dar a articulação da AMATRA-SP com as demais entidades da Magistratura, com as outras AMATRAS e com a ANAMATRA? Essa relação hoje é satisfatória? Independência é marca da atuação de nossa Associação. A AMATRA-SP deve atuar em conjunto com a AMB e a ANAMATRA, colaborando de forma constante e independente, mas sem nenhuma submissão e sustentando os interesses maiores de nossos associados, quando conflitantes com os de outras regionais. Pessoalmente, construí nos últimos anos uma ótima relação com os colegas que ocupam a Direção das entidades nacionais. Espero com isso qualificar ainda mais a nossa atuação associativa perante a AMB e a ANAMATRA.

Faça uma análise da atual eleição e do processo democrático na 2ª Região. O Estatuto da



AMATRA-SP • 2012-2014

AMATRA-SP, instituído na gestão da **União e Força**, trouxe importantes avanços e conquistas. Houve ampliação do período eleitoral, garantindo a igualdade de condições das chapas, ao impor a desincompatibilização, ao regulamentar adequadamente o processo eleitoral e ao garantir poderes efetivos à Comissão Eleitoral na condução das eleições sem qualquer ingerência da Diretoria.

Também definimos a obrigatoriedade de um processo de transição após as eleições para que não mais ocorra o que aconteceu com a primeira gestão da **União e Força**, em 2004, quando ao assumirmos, não encontramos um único relatório deixado pela Diretoria anterior. Com essas alterações cremos que, na AMATRA-SP, atualmente temos um Estatuto que garante um processo verdadeiramente democrático que permite aos associados a ampla discussão das propostas.

Como deve ser a relação da AMATRA-SP com o TRT-SP? E com o Poder Legislativo?

A **União e Força** inovou para melhorar esse relacionamento, pois reconhece o Tribunal e seus membros, associados da AMATRA-SP. Não lutamos “contra” o Tribunal, mas sim, buscamos uma atuação conjunta para as ações institucionais que beneficiam todos os Juizes e Servidores da nossa Região, sem descuidar dos embates necessários em certos temas, em que não há convergência. A cultura do “nós aqui e eles lá” não beneficia a Magistratura. Por vezes, ocorrem divergências pontuais entre o Tribunal e os nossos associados, e, nessas ocasiões, com absoluta independência lutamos em prol daquilo que o conjunto dos nossos Juizes quer. É preciso

ter seriedade e postura para exercer a divergência.

Adotamos a mesma postura em face do TST e CNJ. Independência, seriedade e respeito é o que define nossa atuação frente aos órgãos do Judiciário, Legislativo e Executivo. Quanto ao Legislativo, além do embate constante para a aprovação dos projetos de nosso interesse, também desenvolvemos uma ação preventiva e instrutiva, provendo os parlamentares com dados, informações e sugestões, permitindo à AMATRA na direção da **União e Força**, obter vitórias institucionais de infinita relevância, com grande impacto no presente e no futuro da nossa Região.

A AMATRA-SP deve ser uma voz dos Magistrados na imprensa? Como deve ser esta relação?

A relação com a imprensa é sempre muito delicada, sendo por vezes amistosa e por vezes conflituosa. O momento atual em especial é particularmente delicado. A AMATRA-SP, maior Associação Regional da Magistratura Trabalhista, vem desempenhando e deverá desempenhar importante papel na defesa institucional e no resgate moral da Magistratura. Para tanto é necessário divulgar nossos pontos de vistas, demonstrando que a defesa das prerrogativas do Magistrado não se confunde com a indevida preservação de privilégios pessoais; é, antes, o mecanismo garantidor da independência do órgão julgador diante das pressões dos poderes políticos e econômicos. Fazer publicar artigos opinativos e matérias jornalísticas que de fato revelem ao grande público a realidade cotidiana de nossa atuação.

# Chapa Participação Democrática

## Diretoria Executiva

### Patricia Almeida Ramos

Presidente

- Bacharel pela USP
- Juíza Substituta desde 1999

### Mauricio Miguel Abou Assali

Vice-Presidente

- Bacharel pela USP
- Juiz Titular da 1ª VT/SP

### Valéria Nicolau Sanchez

Diretora Secretária

- Bacharel pela USP
- Juíza Titular da 66ª VT/SP
- Membro da Comissão Legislativa da ANAMATRA (2009/11)

### Armando Augusto Pinheiro Pires

Diretor Financeiro e de Patrimonio

- Bacharel pela PUC-SP
- Juiz Titular da 2ª VT/SC do Sul
- Diretor Financeiro da AMATRA-SP (1998/2000)
- Diretor de Benefícios (2000/02)

### Maria Cristina Fisch

Diretora Cultural

- Bacharel pela Faculdade de Santos
- Desembargadora, compõe a 18ª Turma do TRT e a SDI-8

### Farley Roberto Rodrigues de Carvalho Ferreira

Diretor de Benefícios

- Juiz Substituto desde 2008

### Cristina Ottoni Valero

Diretora Social

- Bacharel pela Universidade Brás Cubas

- Juíza Aposentada desde 2003
- Diretora de Aposentados da ANAMATRA (2009/11)
- Membro da Comissão Legislativa da ANAMATRA desde 2011

## Comissão Disciplinar e de Prerrogativas

### Silvana Abramo Margherito Ariano

Comissão de Prerrogativas (Titular)

- Bacharel pela USP
- Desembargadora, compõe a 15ª Turma do TRT

### Maurício Marchetti

Comissão de Prerrogativas (Titular)

- Bacharel pela USP
- Juiz Titular da 59ª VT/SP
- Membro da Comissão de Prerrogativas da AMATRA-SP (2002/04)
- Diretor de Benefícios da AMATRA-SP (2003/04)

### Daniel Rocha Mendes

Comissão de Prerrogativas (Titular)

- Bacharel pela UFRJ
- Juiz Substituto desde 2005
- Membro da Comissão de Prerrogativas da ANAMATRA (2009/11)

### Jonas Santana de Brito

Comissão de Prerrogativas (Suplente)

- Bacharel pela PUC-SP
- Desembargador, compõe a 15ª Turma e SDI-7
- Diretor Tesoureiro da AMATRA-SP (1998/2002)

### Paulo Eduardo Vieira de Oliveira

Comissão de Prerrogativas (Suplente)

- Bacharel pela PUC-CAMPINAS
- Juiz Titular da 49ª VT/SP

### Fernanda Zanon Marchetti

Comissão de Prerrogativas (Suplente)

- Bacharel pelo Mackenzie
- Juíza Substituta desde 2007

## Conselho Fiscal

### Dora Treviño

Conselho Fiscal (Titular)

- Bacharel pela Universidade Católica de Santos
- Presidente do TRT-SP (2004/06)
- Juíza Aposentada em 2010

### Raquel Gabbai de Oliveira

Conselho Fiscal (Titular)

- Juíza Titular da 9ª VT/SP

### Renata Bonfiglio

Conselho Fiscal (Titular)

- Bacharel pela Universidade Metodista de Piracicaba
- Juíza Substituta

### Priscila Duque Madeira

Conselho Fiscal (Suplente)

- Bacharel pela PUC-RS em 1998
- Juíza Substituta

### Carlos Eduardo Ferreira de Souza Duarte Saad

Conselho Fiscal (Suplente)

- Bacharel pela UNIP
- Juiz Substituto

### Adriana Prado Lima

Conselho Fiscal (Suplente)

- Bacharel pela USP em 1994
- Juíza Titular da 54ª VT/SP

# Chapa União e Força

## Diretoria Executiva

### **Fernando Cesar Teixeira França**

Presidente

- Membro da Comissão de Prerrogativas da AMATRA-SP (2004/06 e 2006/08)
- Coordenador da Justiça do Trabalho na AMB (2005/07)
- Diretor da Escola Nacional da Magistratura - ENM (2007-09)
- Representante do Brasil na União Internacional dos Magistrados - UIM (2007/09)
- Formado em História pela FFLCH-USP
- Mestre e Doutor em Filosofia pela FFLCH-USP
- Especialista em Direito do Trabalho pela Universidade de Lisboa
- Juiz Titular da 3ª Vara do Trabalho de Guarulhos desde 2010

### **Fabio Augusto Branda**

Vice-Presidente

- Diretor de prerrogativas da AMATRA-SP (2010/11 e 2007/09)
- Conselheiro da Escola Judicial no biênio 2010/2012
- Juiz desde 2007
- Servidor da JT desde 1993 - Atendente Judiciário, Assistente de Juiz, Diretor de Secretaria (1999/2002), Assistente de Juiz no TRT (2002/03), Chefe de Gabinete (2003) e Assessor de Desembargador (2003/07)

### **Thiago Melosi Soria**

Diretor Cultural

- Presidente interino da AMATRA-SP de dezembro de 2009 a março de 2010
- Vice-Presidente da AMATRA-SP na gestão 2008/10 e de jan-mar de 2012
- Mestre em Direito do Trabalho pela USP

- Especialista em Direito do Trabalho pela Universidade de Lisboa
- Especialista em Direito do Trabalho pela PUC-SP
- Bacharel em Direito pela USP
- Juiz do Trabalho Substituto

### **Paulo Kim Barbosa**

Diretor Secretário

- Juiz Titular da 37ª VT de São Paulo
- Bacharel pela USP
- Mestre pela PUC-SP
- Professor da Universidade Municipal de São Caetano do Sul

### **Sandra dos Santos Brasil**

Diretora Social

- Bacharel em Direito pela Universidade Mackenzie
- Juíza do Trabalho da 15ª Região (2002/08), com permuta para a 2ª Região em março de 2008
- Diretora Social Adjunta da AMATRA-SP em 2010
- Diretora Social da AMATRA-SP desde janeiro de 2011

### **Karen Cristine N. Miyasaki**

Diretora de Benefícios

- Formada pela PUC em 1996
- Servidora deste TRT desde 1993
- Ingressou na Magistratura em 2000
- Promovida a Juíza Titular da 70ª VT de São Paulo em 2010

### **Décio Sebastião Daidone**

Diretor Financeiro

- Presidente TRT-SP (2008/10)
- Corregedor Regional TRT-SP (2006/08)
- Presidente da AMATRA-SP (1988/90)
- Vice-Presidente AMATRA-SP (1986/88)
- Vice-Presidente AMB (1990/92)
- Diretor de Prerrogativas AMATRA-SP (1995/97)

- Mestre em Direito das Relações Sociais pela PUC-SP (2003)
- Desembargador Convocado no TST de fevereiro/2003 a junho/2004
- Vice-Coordenador do Colégio de Presidentes e Corregedores dos Tribunais Regionais do Trabalho do Brasil (2009)

## Comissão Disciplinar e de Prerrogativas

Titulares

**Edilson Soares de Lima**

**Ana Cristina Lobo Petinati**

**Marcos Scalercio**

Suplentes

**Rita Maria Silvestre**

**Antonio Pimenta Gonçalves**

**Carlos Abener de O. Rodrigues Filho**

## Conselho Fiscal

Titulares

**Marcelo Donizeti Barbosa**

**Vera Marta Publio Dias**

**Paula Lorente Ceolin**

Suplentes

**Fernando Marques Celli**

**Érika Andréa Izídio Szpektor**

**Renata de Paula Eduardo Beneti**

# Apoio:



## Convênios AMATRA-SP.

Vantagens exclusivas. Confira em [www.amatra2.org.br/](http://www.amatra2.org.br/)

